



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU AIRPORT

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária") apresenta-lhes, para apreciação, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Contábeis**, em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A Concessionária apresenta suas Demonstrações Contábeis do ano de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados em relação ao exercício de 2015 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

• MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O GRU Airport é hoje uma das principais portas de entrada de passageiros e cargas do Brasil e da América Latina, segundo a *ACI¹ - Airports Council International* e a *CAPA² - Centre for Aviation*, respectivamente. Em 2016 GRU Airport foi eleito o 2º Aeroporto de grande porte mais pontual do mundo pela *OAG³ - Official Aviation Guide Of The Airways*, além de manter o padrão de evolução na pontuação da pesquisa SAC (Secretaria da Aviação Civil) nas pesquisas trimestrais, consolidando a posição de destaque entre os Aeroportos de grande movimentação (acima de 15 milhões de passageiros/ano). Inauguramos novas rotas para três destinos internacionais: Aruba, Punta del Este e Bariloche. Além dos novos destinos, aumentamos a capacidade em importantes rotas como Santiago, Punta Cana, Lima, Cancun e Mendoza. Em paralelo, a rota para Charlotte foi descontinuada e houve reduções de capacidade para destinos como Caracas, Santo Domingo, Newark e Buenos Aires. Em termos financeiros, a receita bruta total cresceu 1,3% e o EBITDA⁴, 10,7% em relação ao ano de 2015. O baixo crescimento de receita é reflexo do cenário econômico local de recessão, que reduziu o fluxo de passageiros nacionais e internacionais, bem como contraiu sua intenção de consumo. Em contrapartida, o crescimento significativo do EBITDA é reflexo das ações de redução de custos/despesas em que a Companhia vem trabalhando fortemente visando aumentar o nível de eficiência operacional. A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço e o foco na geração de valor para o acionista são parte da filosofia que faz com que GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor Aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

OLIMPIADAS/PARAOLIMPIADAS

GRU Airport foi essencial para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 no Rio de Janeiro. Sendo o principal portal de entrada do país, o Aeroporto atuou intensamente na movimentação das equipes, delegações, da família olímpica e equipamentos destinados aos jogos, bem como no suporte de inteligência e segurança em âmbito nacional. Segundo dados do Ministério dos Transportes, apenas no mês de agosto, mais de 4 milhões de pessoas entre atletas, treinadores e espectadores foram transportados por GRU Airport e outros Aeroportos. Para garantir o êxito dessa operação, durante a realização dos jogos, GRU Airport pôs em prática todos os planos preparados e intensamente debatidos com o Comitê Olímpico e Órgãos de Segurança. Durante a preparação vários ensaios foram realizados no Aeroporto e nenhum incidente significativo foi apontado. Vários convênios foram firmados garantindo aumento do efetivo de segurança pública no Aeroporto, bem como o redimensionamento das equipes de operação. Todas essas atividades foram geridas com a abertura da Sala de Crise, que funcionou de forma ininterrupta durante todo o período dos Jogos. O resultado do plano de atuação de GRU Airport nos jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 foi muito significativo e o nível de aprovação da infraestrutura pelos usuários foi o maior do país, com média de 4,55 em uma escala de 1 a 5. GRU Airport ainda foi laureado, pela sua atuação nos Jogos Olímpicos, com o prêmio e a medalha Aviação é Ouro do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

RETROFIT DO TERMINAL 2

Em maio de 2016, a Concessionária encerrou a Fase I - C do Contrato de Concessão, sendo a principal obrigação desta fase o redimensionamento de capacidade do Terminal 2 de Passageiros (TPS2). Com isso o Aeroporto passou a ter capacidade para receber 48 milhões de passageiros/ano. Como previsto no Plano Geral de Investimentos (PGI) as modificações no TPS2 aconteceram desde 2013, data da inauguração da praça de alimentação no lado terra, passam pela entrada centralizada de passageiros domésticos, realizada em 2015 e culminam na maioria das entregas registradas em 2016, como segue: investimentos para alargamento do corredor de circulação nos saguões, aumento da iluminação, modernização do layout existente, ampliação de áreas como check-in, centralização do embarque internacional, restituição de bagagem e saguões de embarque e desembarque. Ao todo, foram acrescidos 23 mil m² de área operacional. Esses investimentos além de propiciar um aumento da qualidade de serviço ao passageiro, no que tange espaço de circulação e ambiência, também têm o objetivo de oferecer mais opções de alimentação e lojas, a área de varejo foi expandida em 4,6 mil m², ampliando o número total de lojas no terminal.

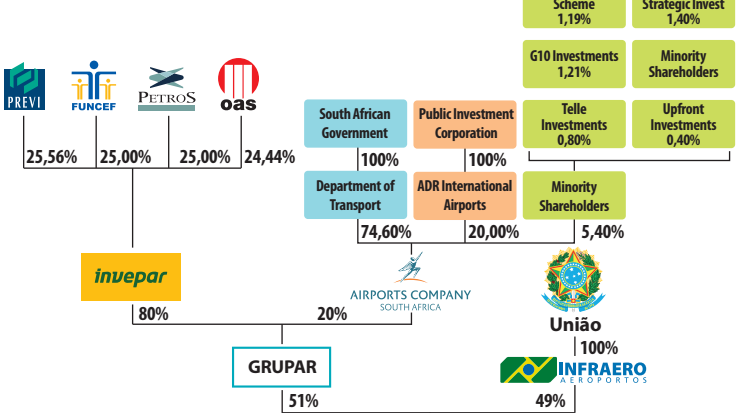
QUALIDADE DE SERVIÇO

Em 2016, GRU Airport subiu uma posição no ranking mundial de pontualidade da OAG, na categoria de Aeroporto de grande porte, passando para a segunda posição. Essa marca consolida o trabalho junto às empresas aéreas e a evolução do nível de serviço da Companhia. No que diz respeito a qualidade de serviço ao passageiro, GRU Airport, segundo a pesquisa SAC, foi o melhor Aeroporto de grande porte durante os três primeiros trimestres do ano, atingindo uma média anual de satisfação de 4,4, em linha com os resultados de 2015.

• ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a Invepar com 80% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 20%. Esta composição atual do capital social da GRUPAR decorreu da operação de compra e venda das ações firmada em outubro de 2015, sendo que anteriormente a esta data a empresa ACSA possuía 10% do capital social da GRUPAR. Em 2016, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 2.365 quilômetros de rodovias, passando a 2.340 quilômetros com a venda da LAMSAC. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. ("LAMSAT", Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rio Teresópolis S.A. ("CRT"), Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio"), a Concessionária BR 040 S.A. ("Via 040"). Administrou a Linha Amarela S.A.C., em Lima, até o dia 20 de dezembro de 2016. No segmento de Aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport") e tem como sócios a Airports Company South Africa ("ACSA") e a INFRAERO. GRU Airport consolidou-se como o maior Aeroporto do Brasil e da América do Sul, e o segundo da América Latina - primeiro é o Aeroporto da Cidade do México - em volume de passageiros, movimentou 36,6 milhões de passageiros em 2016. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetróRio") e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Além das concessões mencionadas, a Invepar possui outras duas empresas: (i) MetrôBarra S.A., responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro e, (ii) PEX S.A. ("Passe Expresso"), empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, sendo que no dia 7 de novembro de 2016, foi decidido a sua descontinuidade operacional. A ACSA é detentora de nove concessões aeroportuárias na África do Sul em regime de exclusividade (dentre elas o da Cidade do Cabo e Johannesburg), além de duas parcerias para a gestão de Aeroportos internacionais (Mumbai, na Índia e Guarulhos, no Brasil). A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO possui mais de 40 anos de experiência no setor, está entre as três maiores operadoras aeroportuárias do mundo e possui 60 Aeroportos espalhados pelo país. São mais de 130 milhões de passageiros transportados por ano, representando cerca de 60% do movimento aéreo no país. Possui sociedades em outros Aeroportos brasileiros com 49% de participação acionária nos Aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Confins (MG) e Galeão (RJ).

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



• ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo os dados estatísticos da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil) e dos Aeroportos concessionados, em 2016, foram transportados 194,2 milhões de passageiros no Brasil, apresentando uma queda de 7,2% quando comparado com aos 209,3 milhões transportados em 2015 (doméstico -8%; internacional -3%), reflexo do cenário de recessão econômica e desvalorização cambial. O recente ciclo de investimentos no setor, ocorrido entre 2011 e 2016, ultrapassa o montante de R\$ 13 bilhões (fonte: ANAC) já aplicado no desenvolvimento da infraestrutura nos Aeroportos que atendem capitais. Como resultado, a expansão em áreas de terminais neste período foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de m². Os investimentos contemplam também o aumento de disponibilidade de pátios de aeronaves, vagas de estacionamento e criação de novos serviços para melhoria do atendimento ao passageiro e elevação da qualidade associada.

PERFIL DO NEGÓCIO

GRU Airport mantém-se como Aeroporto referência na América Latina e um dos principais Aeroportos do mundo, tendo atingido a participação de 65% dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado do Brasil. O aumento do *share* internacional de GRU Airport é explicada pela consolidação do hub das empresas do Aeroporto de Guarulhos. Construído como um Aeroporto de partida e de chegada (origem e destino) e posicionado como um Aeroporto internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, o Aeroporto vem se destacando como o Hub da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da região com as demais partes do mundo, com destaque para as rotas da América do Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), para Europa e África. Em 2016, 30% dos passageiros de GRU Airport foram passageiros em conexão, valor que pode aumentar com o fortalecimento das estratégias de consolidação operacional do grupo LATAM e da GOL. Em termos de receita, GRU Airport está dividido em dois grandes grupos: Receitas Tarifárias e Receitas Não Tarifárias. As Receitas Tarifárias são as tarifas devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão), aeronaves (taxas de pouso e permanência) e as tarifas ligadas ao Terminal de Cargas (armazenagem e capatazia). As Receitas Não Tarifárias são as receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas de varejo e alimentação, estacionamentos e publicidade.

OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Em 2016, o número de movimentos de aeronaves em GRU Airport caiu em linha com o número de passageiros, tendo como principal influência do cenário econômico nacional de recessão. No segmento doméstico, a redução de passageiros foi de 9% e de movimentos 10,4% motivado pela recessão da economia e pelas mudanças operacionais em Congonhas. Houve redução de passageiros domésticos transportados em Guarulhos por todas as empresas domésticas, exceto a Avianca. Quem mais reduziu a sua operação doméstica foi a GOL. A Avianca cresceu o número de passageiros domésticos em Guarulhos devido à mudança de tipo de aeronaves - substituiu os F100 pelos A320 - e ainda pela entrada na Star Alliance que fez crescer a sua conectividade com as demais empresas da aliança. No segmento internacional, a resiliência de GRU Airport é elevada, pelos motivos explicados anteriormente. A variação de passageiros foi de -0,9% e de movimentos foi de -5,9%. Houve um aumento do tamanho médio da aeronave e do *load factor* - respectivamente de 228,4 para 235,3 assentos e de 78,5% para 80,1%. Houve uma redução expressiva dos passageiros das rotas entre Brasil e EUA (servidas por American, *ACI - Airports Council International*, único representante de comércio global dos Aeroportos mundiais, *CAPA - Centre for Aviation*, principal fornecedor de serviços independentes de inteligência, análise, relatórios e serviços de dados para a aviação.

OAG - Official Aviation Guide Of The Airways, principal fornecedor global de dados de viagens aéreas do mundo, e que visa fornecer informações e aplicativos digitais precisos, atuais e acionáveis para as companhias aéreas, Aeroportos, agências governamentais e empresas de serviços relacionados a viagens do mundo.

¹ EBITDA ajustado, equivalente ao EBITDA contábil, desconsiderando a margem de construção.

United e Delta) que sofreram com a retração da demanda Brasil - EUA. No sentido inverso, destaca-se o crescimento da LATAM em um ano de recessão econômica e a expansão da COPA e da TAP. Perseguindo a potencialização do desenvolvimento do negócio aéreo através da disponibilização da infraestrutura, em 2016, GRU Airport conseguiu ampliar a capacidade de movimentação de pousos e decolagens de 47 para 52 movimentos por hora. Essas alterações permitiriam ajustar horários de voos das empresas aéreas, facilitando as conexões e possibilitando novos voos em horários estratégicos, além de capacitar o Aeroporto para o crescimento da demanda previsto com o aquecimento da economia. Por fim, ressaltar-se a melhoria do nível de serviço ao passageiro evidenciado nas pesquisas trimestrais da SAC. GRU Airport consolidou como o melhor Aeroporto entre os Aeroportos de maior movimento no país e o que mais cresceu em termos de satisfação do público no ranking geral.

PRINCIPAIS INDICADORES	2016	2015	Variação %
Número total de passageiros incluindo conexões (milhões)	36,6	39,0	-6,2%
Número total de passageiros internacionais	13,5	13,6	-0,9%
Número total de passageiros domésticos	23,1	25,4	-9,0%
Movimentação de aeronaves (MTA) total mil	267,8	295,0	-9,2%
MTA internacional (mil)	74,3	79,0	-5,9%
MTA doméstico (mil)	193,4	216,0	-10,4%
Volume de cargas¹ (mil tons)	241,0	236,5	1,9%
Importação desembarque (mil tons)	124,1	120,9	2,6%
Exportação embarque (mil tons)	116,9	115,6	1,1%
Courier embarque/desembarque (mil tons)	3,7	3,6	1,8%
Carga nacional movimentada (mil tons)	2,7	23,3	-88,4%
Companhias aéreas ²	42	48	-12,5%
Destinos	99	112	-11,6%
Vagas de estacionamento ³	9.232	8.452	9,2%
Estabelecimentos comerciais ⁴	241	238	1,3%

⁽¹⁾ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

⁽²⁾ Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares

⁽³⁾ Incluindo vagas para motocicletas

⁽⁴⁾ Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

Total de passageiros

O número total de passageiros apresentou uma queda de 6,2% em relação ao ano anterior, tendo como a principal razão para tal variação a retração do PIB do Brasil em 3,6%. Contudo, sinaliza-se como positiva a queda discreta de 0,9% da movimentação de passageiros internacionais. No segmento doméstico, entretanto, observamos uma queda de 9% tendo como motivo complementar a performance econômica a mudança de regras operacionais em Congonhas proporcionando a este Aeroporto maior capacidade de movimentação de aeronaves.

Movimentação de aeronaves

A movimentação de aeronaves apresentou uma queda de 9,2% em relação ao ano de 2015, por motivos análogos aos apresentados para a performance de passageiros. A queda de movimentos acima da queda percentual de passageiros deve-se a um esforço das empresas aéreas para compensar a queda das tarifas médias com o aumento do *load factor*⁵.

Volume de cargas

O volume de cargas internacionais apresentou uma variação positiva de 1,9% em relação ao ano anterior, com principal destaque para o volume de importação. Como principais fatores para a performance positiva do volume de importação, destaca-se: (i) a recuperação das importações no 4T16 diante da queda do dólar em relação ao mesmo período de 2015; (ii) migração de cargas de VCP (Viracopos) para GRU Airport face a regularidade da malha aérea; (iii) e, menor tarifa aérea nos voos para GRU Airport.

• DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O cenário econômico do país foi o principal fator de impacto para os números apresentados em 2016 pela Companhia, que mesmo com a retração econômica observada, conseguiu registrar crescimento do EBITDA em 10,7% quando comparado com o ano anterior. Apesar do crescimento da receita líquida, o crescimento do EBITDA foi possível principalmente devido ao intenso trabalho de redução dos custos e despesas incorridos pela Concessionária. Neste período, a rubrica de custos e despesas reduziu 9,5% nominais em relação ao ano anterior. O decréscimo é reflexo do esforço da Companhia em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional, e pode ser observado com a redução de custos de pessoal e dos custos operacionais além da variação favorável na rubrica de outras receitas/despesas. Abaixo são apresentadas as principais linhas referentes ao desempenho econômico financeiro do GRU Airport.

RECEITA OPERACIONAL

RS MM	2016	2015	Variação %
Receitas tarifárias	969,6	918,0	5,6%
Receitas não tarifárias	911,4	938,1	-2,8%
Receita bruta ajustada	1.881,0	1.856,1	1,3%
Deduções da receita bruta	(232,0)	(231,3)	-0,3%
Receita líquida ajustada	1.649,0	1.624,8	1,5%

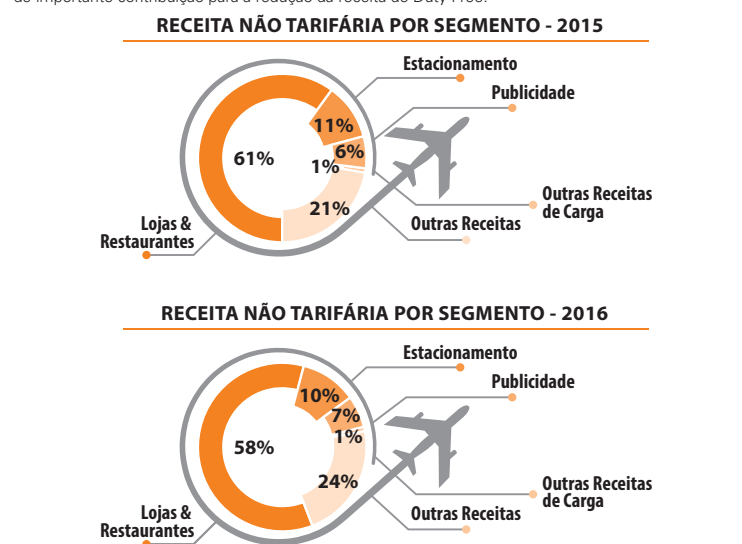
Ajustes: desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita de construção

Receitas tarifárias

A receita bruta tarifária atingiu R\$ 969,6 milhões em 2016, 5,6% superior ao ano de 2015. Apesar da queda nos indicadores operacionais do Aeroporto, o impacto da inflação no reajuste das tarifas de passageiros e aeronaves, associado ao aumento da receita de importação, proporcionaram o aumento nominal das Receitas Tarifárias na comparação com o ano anterior.

Receitas não tarifárias

A receita bruta não tarifária atingiu R\$ 911,4 milhões em 2016, -2,8% menor que os R\$ 938,1 milhões realizados em 2015. A retração econômica afetou o poder de consumo dos passageiros nas dependências do Aeroporto, tendo como principais linhas afetadas, Duty Free, Varejo e Alimentação, podendo ser observada na redução da participação do segmento Lojas & Restaurante em 3 p.p.. O patamar elevado do dólar e a redução do *share* de passageiros brasileiros nos voos internacionais também foram fatores de importante contribuição para a redução da receita de Duty Free.



* Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção

* Desconsidera depreciação e amortização

Em 2016, os custos e despesas operacionais ajustados reduziram R\$ 70,7 milhões, -9,5% em comparação ao ano anterior. **Pessoal:** Redução de R\$ 9,8 milhões ou -5,7% em 2016, está relacionado ao aumento de eficiência operacional e reestruturação organizacional de GRU. **Conservação e Manutenção:** Os custos e despesas alocados nessa rubrica diminuíram R\$ 2,3 milhões, ou -2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução decorre principalmente da revisão de escopos e renegociação dos contratos junto aos fornecedores. **Operacionais:** Os custos dessa rubrica diminuíram R\$ 18,8 milhões justificados principalmente pela linha de energia, efeito da migração da compra de energia elétrica do mercado cativo para o mercado livre, além das reduções nas bandeiras tarifárias ao longo de 2016.

Despesas administrativas: O aumento decorre de despesas extraordinárias com a negociação do contrato de publicidade para futuro distrato. **Outras receitas/despesas:** O resultado da conta é devido ao impacto da aprovação pelo Poder Concedente da 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão em dezembro, conforme decisão nº 191 da ANAC promulgada pelo Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2016. **Outorga variável:** A despesa dessa rubrica acompanha o desempenho da receita. Nota-se que o crescimento de R\$ 1,2 milhão (+0,7%) é atribuído a performance de receita (+1,3%) superior ao ano de 2015 e ao impacto do início da tomada de crédito de PIS sobre a outorga variável que se iniciou em maio de 2016.

EBITDA E MARGEM EBITDA

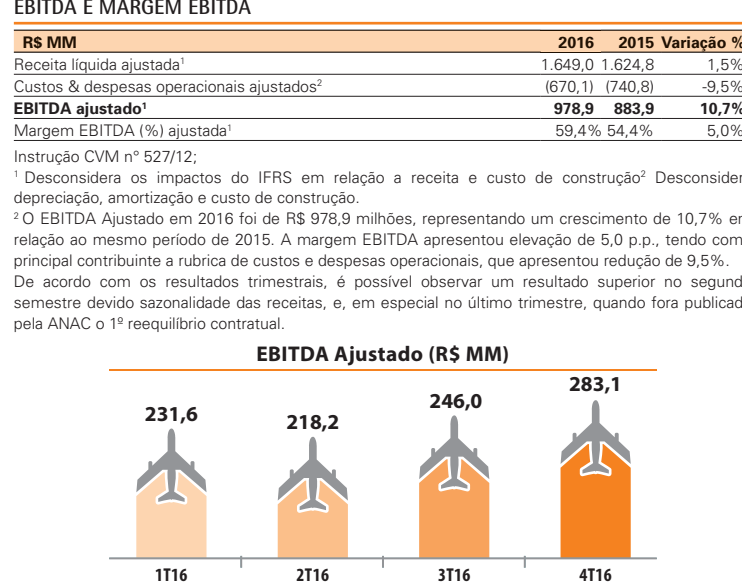
RS MM	2016	2015	Variação %
Receita líquida ajustada ¹	1.649,0	1.624,8	1,5%
Custos & despesas operacionais ajustados ²	(670,1)	(740,8)	-9,5%
EBITDA ajustado¹	978,9	883,9	10,7%
Margem EBITDA (%) ajustada ²	59,4%	54,4%	5,0%

Instrução CVM nº 527/12;

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção? Desconsidera depreciação, amortização e custo de construção.

² O EBITDA Ajustado em 2016 foi de R\$ 978,9 milhões, representando um crescimento de 10,7% em relação ao mesmo período de 2015. A margem EBITDA apresentou elevação de 5,0 p.p., tendo como principal contribuinte a rubrica de custos e despesas operacionais, que apresentou redução de 9,5%.

De acordo com os resultados trimestrais, é possível observar um resultado superior no segundo semestre devido sazonalidade das receitas, e, em especial no último trimestre, quando fora publicado pela ANAC o 1º reequilíbrio contratual.



LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

RS MM	2016	2015	Variação %
(Prejuízo) líquido do exercício	(1.068,4)	(1.372,4)	-22,1%
(-) Impacto outorga fixa (contábil)	1.518,5	1.743,4	-12,9%
Resultado líquido pré-outorga fixa	450,0	371,0	21,3%
(+) Outorga fixa - caixa	(1.144,7)	(1.016,3)	12,6%
(Prejuízo) líquido do exercício ajustado	(694,7)	(645,3)	7,7%

Em 2016, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 1.068,4 milhão, R\$ 304 milhões menor em relação ao ano anterior. A redução do prejuízo apresentado pela Companhia decorre, principalmente, da despesa financeira com atualização da Outorga Fixa a pagar para o Poder Concedente que teve como principal impacto a redução do IPCA em 2016 quando comparado com o ano anterior. Caso a contabilização da Outorga Fixa fosse realizada pelo valor pago no ano, em vez da metodologia atual, o impacto no resultado seria R\$ 49,4 milhões pior em relação ao ano anterior. Neste cenário, o prejuízo registrado para o exercício de 2016 seria de R\$ 694,7 milhões em vez de R\$ 1.068,4 milhão.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2016, os principais investimentos ficaram concentrados nos projetos de Retrofit do TPS 2 e no sistema de bagagem. A Companhia também investiu nos bolsões de estacionamentos referente ao projeto de ampliação e implantação de vagas, recuperação do pavimento em pistas e pátios, licenciamento do software de faturamento e implantação do CCO (Centro de Controle Operacional) nas operações de cargas. Contamos também com implantação dos sistemas de docagem, novos detectores de explosivos e modernização dos elevadores.

RS MM	2016	2015
Imobilizado	13,1	4,7
Intangível	132,2	286,4
Total investido	145,4	291,1
Capitalização do resultado financeiro	435,2	672,9
Margem de construção	3,7	9,1
Investimento contábil	584,3	973,1

ESTRUTURA FINANCEIRA	2016	2015	Variação %
Divida bruta	3.566,0	3.378,6	5,5%
Circulante	126,1	9,9	1173,5%
Não circulante	2.700,9	2.677,1	0,9%
Debtenture	739,1	691,6	6,9%
Disponibilidades	151,6	102,5	47,9%
Caixa e equivalentes de caixa	50,0	45,1	10,9%
Aplicações financeiras	101,6	57,5	76,8%
Divida líquida	3.414,4	3.276,1	4,2%

A dívida líquida da Concessionária aumentou em R\$ 138,4 milhões ou 4,2%. O principal fator são as novas captações do Empréstimo de Longo Prazo com BNDES e bancos repassadores.

• PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2016, GRU Airport foi reconhecido em pesquisas realizadas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) como o melhor Aeroporto do país no primeiro, segundo e terceiro trimestre, na categoria de Aeroportos que recebem mais de 15 milhões de passageiros por ano. A pesquisa é realizada a cada trimestre para avaliar o desempenho operacional dos principais Aeroportos do Brasil. GRU Airport foi considerado o segundo mais pontual do mundo na pesquisa *Punctuality League 2016* da OAG, uma das consultorias mais prestigiadas do mundo em inteligência de mercado de aviação. No ranking entre os terminais com movimentação acima de 20 milhões de passageiros/ano, Guarulhos obteve performance de pontualidade de voos de 85,28% nas partidas, atrás apenas do Aeroporto de Haneda, em Tóquio/Japão, com 87,49%. No levantamento de 2015, GRU Airport aparecia na terceira colocação. A pontualidade também foi destaque em pesquisa da consultoria de dados norte-americana *Flightstats*, principal fornecedora mundial de dados de voo em tempo real. A empresa elegeu Guarulhos como o segundo Aeroporto do mundo com maior número de voos saindo no horário em agosto, 88% de precisão, atrás apenas do Aeroporto de Istambul. Em pesquisa Datafolha Turismo - Viajar 2016, divulgada em agosto, GRU Airport foi eleito pela segunda vez consecutiva como o melhor Aeroporto do país entre os passageiros. Em setembro, GRU Airport recebeu o prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com os Jornistas 2016, na categoria Logística e Transporte, ao lado de Latam e Embraer. A premiação é promovida pelo CECOM (Centro de Estudos da Comunicação) em parceria com a revista Negócios da Comunicação e está na sua 6ª edição. O atendimento durante os Jogos Olímpicos Rio 2016 também foi motivo de reconhecimento de turistas e atletas que passaram pelo Aeroporto durante os jogos. Em outubro, GRU Airport recebeu o prêmio Aviação é Ouro, promovido pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, após pesquisa realizada entre os dias 1º e 22 de agosto de 2016. O Aeroporto obteve a melhor avaliação no ranking de satisfação dos passageiros, com nota 4,55 em uma escala de 1 a 5. O índice geral de pontualidade foi de 94,8%, o melhor já registrado em uma operação especial do setor de Aviação Civil no país. Por fim, GRU Airport foi eleito como um dos 20 melhores Aeroportos do mundo pela revista britânica International Airport Review. Esta revista é uma das principais referências do segmento aeroportuário do mundo. De acordo com a publicação, a qualidade dos serviços durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 nos posicionaram como um dos gigantes no setor.

• RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DESEMPENHO AMBIENTAL

O Aeroporto Internacional de São Paulo - Guarulhos é um dos principais hubs da América Latina e o mais movimentado Aeroporto da América do Sul, se constituindo no principal polo econômico do município de Guarulhos. A Concessionária está comprometida com a proteção ao meio ambiente e tem compromisso em assegurar o cumprimento das leis, normas e padrões socioambientais aplicáveis à gestão aeroportuária, em harmonia com a comunidade e com o meio ambiente. Diante deste cenário a Concessionária estabeleceu três vertentes importantes para a obtenção dos objetivos relacionados a proteção ao meio ambiente: (i) atender a legislação ambiental; (ii) treinamento e educação corporativa; (iii) desenv

GRU

AEROPORTO

INTERNACIONAL

DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

continuação

Balancos Patrimoniais				
Levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Reclassificado				
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.994	45.090	
Aplicações financeiras vinculadas	5	24.592	-	
Contas a receber	6	223.013	214.290	
Estoques	-	1.892	3.035	
Impostos a recuperar	7a	31.543	42.569	
Despesas antecipadas	-	6.251	3.956	
Outros adiantamentos	-	1.940	3.018	
	-	<u>339.225</u>	<u>311.958</u>	
Não Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5	77.023	57.455	
Contas a receber	6	22.135	-	
Impostos a recuperar	7a	431.240	443.221	
Partes relacionadas	8	17.713	17.713	
Depósitos judiciais	15	3.271	1.758	
Imobilizado	9	21.482	13.320	
Intangível	10	<u>15.509.082</u>	<u>15.665.393</u>	
	-	<u>16.096.812</u>	<u>16.212.423</u>	
Total do Ativo	-	<u>16.436.037</u>	<u>16.524.381</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2015				
Aumento de capital	19	349.999	-	349.999
Prejuízo do exercício	-	-	(1.068.430)	(1.068.430)
Em 31 de Dezembro de 2016	-	<u>1.774.558</u>	<u>(2.721.509)</u>	<u>(946.951)</u>
Em 31 de Dezembro de 2014				
Aumento de capital	19	209.000	-	209.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.372.416)	(1.372.416)
Em 31 de Dezembro de 2015	-	<u>1.424.559</u>	<u>(1.653.079)</u>	<u>(228.520)</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR ("GRUPAR"), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Garulhos - Governador André Franco Montoro no dia 13 de junho de 2012 pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse Contrato de Concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de Outorga Fixa e Variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14. Pelos próximos 16 (dezesseis) anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 1.068.430 (R\$ 1.372.416 em 31 de dezembro de 2015), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.516.192 (R\$ 1.158.657 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido negativo em R\$ 946.951 (R\$ 228.519 em 31 de dezembro de 2015). Considerando que, no atual estágio da Companhia, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, podendo ser necessário, em alguns períodos, obter complemento do valor via aporte dos acionistas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, cíclica, com pico no terceiro trimestre de cada ano. Isto ocorre porque após o pagamento da Outorga Fixa, todo mês de julho, a Companhia tende a reduzir periodicamente com o acúmulo de caixa operacional. Em 12 de abril de 2016, uma diligência de todas as informações foi realizada na sede da INVEPAR e em sua controlada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Na mesma data a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada. Em 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da INVEPAR, em 13 de setembro de 2016, a INVEPAR celebrou, com a Companhia, o Termo de Compromisso com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem e tanto as investigações quanto os fatos supracitados, não impactaram as operações da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência para a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis financeiros, em especial das contas não explicativas. A Administração reconhece que estão sendo apresentadas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando o método de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Companhia. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas seguintes níveis: 1 ou 2, conforme o nível de observabilidade e a capacidade de obtenção de dados das demonstrações contábeis. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas registradas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária. A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 24 de março de 2017. 2.4. Reconhecimento da receita: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida quando há extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de estacionamento, conexão, pouso, permanência, arrendamento, capatazia, de acesso a pista, de acordo com o contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: é reconhecida de acordo com o previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa e juros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido do instrumento. Todas as diferenças na demonstração de resultado são atribuídas a receita de juros. c) Receita de venda: Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são baseados em informações disponíveis no momento da avaliação. Os ativos e passivos monetários não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional. 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses instrumentos são avaliados no custo, acrescidos de juros até a data de balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. 2.7. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber. 2.8. Estoques: Os estoques são registrados pelo custo médio ponderado no momento de baixa do ativo. 2.11. Benefícios a empregados: A Concessionária concede benefícios a empregados em um plano de previdência privada, assistência odontológica, odontológico e participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os ativos são ganhos com a finalidade de garantir o pagamento de acordo com sua vida útil esperada que sejam pagos em troca daqueles serviços. 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou outra entidade unida geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma



Demonstrações do Resultado				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores Expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)				
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Receita líquida de serviços e cessão de espaço	-	1.648.376	1.624.756	
Receita de construção	-	1.222.291	1.249.069	
Receita operacional líquida	20	<u>1.781.297</u>	<u>1.943.068</u>	
Custo dos serviços prestados	21	(1.284.146)	(1.244.362)	
Custo de construção	21	(128.575)	(315.200)	
Lucro bruto	-	368.546	389.503	
Despesas gerais e administrativas	21	(159.292)	(179.628)	
Outras receitas e despesas	21	41.930	(6.705)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	-	251.184	203.170	
Resultado financeiro líquido	22	<u>(1.318.884)</u>	<u>(1.525.155)</u>	
Resultado antes dos impostos	-	(1.067.700)	(1.321.980)	
Imposto de renda e contribuição social	7c	(730)	(50.436)	
Prejuízo líquido do exercício	-	<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>	
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	<u>(0,662)</u>	<u>(1,070)</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Demonstrações dos Resultados Abrangentes				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
	31/12/2016	31/12/2015		
Prejuízo do exercício	(1.068.430)	(1.372.416)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	-	
Prejuízo do exercício antes dos impostos	-	(1.067.700)	(1.321.980)	
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	
Depreciação e amortização	9/10	732.705	689.872	
Margem de construção	20/21	(3.716)	(9.109)	
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	1.513	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	4.226	9.747	
Provisão para obrigações legais	15	1.956	2.540	
Apropriação de receita diferida	-	(108.953)	(6.904)	
Variações monetárias e encargos, líquidas	-	1.318.458	1.571.239	
Reequilíbrio econômico financeiro	-	(123.208)	-	
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	1.045	-	
Redução (aumento) nos ativos operacionais	-	-	-	
Contas a receber	-	(35.084)	(15.413)	
Estoques	-	(160)	(656)	
Outros adiantamentos	-	1.978	1.481	
Impostos a recuperar	-	23.007	22.098	
Depósitos judiciais	-	(1.513)	(1.341)	
Despesas antecipadas	-	(2.295)	1.302	
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-	-	
Fornecedores	-	(14.599)	(4.775)	
Partes relacionadas	-	(957)	13.899	
Obrigações com empregados e administradores	-	462	2.274	
Impostos a recolher	-	18.768	(163)	
Adiantamento de clientes	-	138.955	-	
Outras obrigações e contas a pagar	-	29.233	37.034	
Outorga variável	14	187.102	183.541	
Pagamento outorga variável	14	(183.541)	(185.177)	
Receita diferida	-	229.960	13.279	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	<u>1.146.782</u>	<u>1.003.082</u>	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-	
Aplicação financeira	-	(24.909)	(1.401)	
Resgate de aplicação financeira resgatada	-	21.891	-	
Aquisição de intangível	-	(1.688)	(264.397)	
Aquisição de imobilizado	-	(13.113)	(4.653)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	<u>(134.830)</u>	<u>(270.451)</u>	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	
Aumento de capital social	19	349.999	209.000	
Captação de empréstimos	11	101.321	507.981	
Pagamento de empréstimos	11	(1.000)	(314.000)	
Juros pagos	11/12	(312.622)	(306.333)	
Pagamento da outorga fixa	14	(1.144.746)	(1.016.299)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-	<u>(1.006.048)</u>	<u>(1,016,299)</u>	
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	-	<u>4.904</u>	<u>(187.020)</u>	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	45.090	232.110	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	<u>49.994</u>	<u>45.090</u>	
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	-	<u>4.904</u>	<u>(187.020)</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

Demonstrações do Valor Adicionado				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Receitas	-	2.009.058	2.182.103	
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	1.880.993	1.856.103	
Receita de construção	20	132.291	335.741	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(4.226)	(9.741)	
Insumos adquiridos de terceiros	-	(839.306)	(864.899)	
Custos dos serviços prestados	-	(615.599)	(423.774)	
Custo de construção	21	(128.575)	(315.200)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(95.132)	(125.925)	
Valor adicionado bruto	-	<u>1.169.752</u>	<u>1.317.204</u>	
Retenções	-	-	-	
Depreciação e amortização	21	(731.405)	(689.872)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	-	<u>438.347</u>	<u>627.332</u>	
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	
Receitas financeiras	-	112.899	64.791	
Valor adicionado total a distribuir	-	<u>551.246</u>	<u>692.123</u>	
Distribuição do valor adicionado	-	<u>551.246</u>	<u>692.123</u>	
Pessoal e encargos	21	161.232	171.045	
Remuneração direta	-	119.037	124.583	
Benefícios	-	33.825	37.020	
FGTS	-	8.370	9.229	
Outros	-	-	213	
Impostos, taxas e contribuições	-	<u>28.827</u>	<u>292.121</u>	
Federais	-	27.629	291.291	
Municipais	-	1.200	1.082	
Remuneração do capital de terceiros	-	1.429.617	1.601.373	
Juros	22	391.030	375.231	
Atualização outorga	22	1.025.475	1.217.749	
Outros	-	13.112	8.393	
Remuneração de capital próprio	-	<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>	
Prejuízo do exercício	-	<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				

pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes: a) As normas listadas abaixo entrarão em vigor durante o exercício de 2016: • IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas: aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data; • Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil; • Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização: As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data; • Alterações à IAS 27: Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data; • Alterações à Regra de Consolidação: b) Em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017: • Alterações à IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto: As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada; • Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014: Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, incluindo: IFRS 5 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, IAS 34 Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias, Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação e Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades sob a Assinatura do Conselho de Administração; c) Em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017: • Alteração no IAS 7 - Demonstrações dos fluxos de caixa; As alterações fazem parte da iniciativa de melhoria de divulgações do IASB; • Alterações no IAS 12 - Tributos sobre o lucro: as alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas com instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. c) Em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018: • IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações: as alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações; • IFRS 4 - Contratos de seguros: as alterações endereçam preocupações sobre a adoção do IFRS 9; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento); Introduz novos requerimentos de 15 de fevereiro de 2013). • **Fase I-B** - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (Fase concluída em 11 de maio de 2014). • **Fase I-C** - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (Fase concluída em 12 de maio de 2016). • **Fase II** - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Integrar a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão de que os custos com obras e intervenções nos bens do poder público sejam variáveis sobre a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com o objetivo de garantir a continuidade da operação, em 2016, realizou a aquisição de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundação Nacional de Aviação Civil), a Título de Outorga Fixa. A Concessionária também se compromete a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a outra parte contratante a receita excedente será cobrada pela alíquota de 1



Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - Guarulhos - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 1.068.430 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 946.951 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.516.192 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2016, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de risco de perdas por redução ao valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão: Nota Explicativa nº 10 - "Intangível"

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

A Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o valor líquido desses ativos, reconhecidos no ativo intangível da Companhia, era de R\$ 15.491.909 mil. O principal procedimento adotado pela Administração para o teste anual de recuperação desse ativo intangível contempla a preparação de um fluxo de caixa futuro, incluindo a expectativa de obras e melhoramentos. Esse tema foi considerado como um PAA devido ao significativo grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração para elaboração do fluxo de caixa futuro, que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado e dos aspectos regulatórios previstos no Contrato de Concessão.

Reconhecimento das receitas tarifárias

Notas Explicativas nº 2.4.a. - "Receita de serviços" e nº 20 - "Receita operacional líquida"

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

O reconhecimento das receitas tarifárias de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente do funcionamento de sistemas de informação e seus controles internos para que estas receitas sejam reconhecidas quando os respectivos serviços aeroportuários sejam efetivamente prestados. Este processo também leva em consideração outros aspectos complexos e que podem impactar o adequado reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas, o volume e natureza do serviço, modelo da aeronave, tempo de permanência entre outros. Esse assunto foi considerado como um PAA devido à complexidade do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- utilização de nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia utilizada pela Administração da Companhia na preparação do fluxo de caixa;
- desafiosamos as principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País;
- comparação das projeções com os resultados históricos; e
- testamos os cálculos matemáticos do fluxo de caixa futuro elaborado pela Administração da Companhia.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- utilização de nossos especialistas em sistemas para nos auxiliar na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de Tecnologia de Informação (TI);
- avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas de tarifa de embarque/conexão e armazenagem;
- execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita;
- por meio de seleção de amostras de determinados voos nacionais e internacionais efetuamos a contagem dos passageiros embarcados e comparamos com o total de passageiros registrados no sistema de cobrança das tarifas de embarque/conexão;
- elaboração de uma expectativa para a receita de embarque/conexão com base nos relatórios quantitativos de passageiros e comparação do valor obtido com a receita registrada durante o exercício; e
- testamos determinadas transações de receita com armazenagem ocorridas no exercício, inspecionando faturas/boletos, Declaração de Importação e de Exportação, se aplicável, e o recebimento subsequente do valor da transação pago pelo cliente.

Ênfase: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontramos em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo Invepar do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes comparativos:** As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 24 de março de 2016, com uma opinião sem modificação e com parágrafo de ênfase indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 25P-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP- 255.954/O-02